



Câmara Municipal de Porto Alegre

Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901
Telefone: (51) 3220-4346 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

ATA DE REUNIÃO

ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO (ORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA, EM 20-05-2025.

Aos vinte dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, às dez horas e dez minutos, reuniu-se na sala 302 das Comissões Permanentes, a Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Porto Alegre, com a presença dos vereadores Aldacir Oliboni, Atena Roveda, Hamilton Sossmeier e a Psicóloga Tanise Sabino. Também participou da reunião a vereadora Grazi Oliveira. A vereadora Cláudia Araújo se encontrava em Licença para Tratamento de Saúde, de acordo com o Memorando nº 051/25 da Seção de Registros e Anais. Constatada a existência de quórum a senhora Presidente declarou abertos os trabalhos e, de imediato, as Atas nºs 15/25 (ordinária), 16/25 (ordinária), 19/25 (ordinária) e 20/25 (ordinária) foram aprovadas com dispensa de leituras. Acrescenta-se, ainda, que foi APROVADO, de acordo com os §§ 4º e 5º do art. 42 do Regimento, no dia dezesseis de maio do corrente, o Parecer nº 039/25 (Projeto de Lei Complementar nº 034/24– Processo nº 0564/24) de autoria do vereador Aldacir Oliboni. De imediato, foram DISTRIBUÍDOS, para Parecer, os seguintes processos: à vereadora Atena Roveda, a Indicação nº 039/25 (Processo nº 0645/25); à vereadora Cláudia Araújo, o Projeto de Lei do Legislativo nº 077/25 (Processo nº 0245/25); ao vereador Gilvani o Gringo o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 031/23 (Processo nº 1300/23); ao vereador Hamilton Sossmeier, o Projeto de Lei do Legislativo nº 195/25 (Processo nº 0476/25); e à vereadora Psicóloga Tanise Sabino, o Projeto de Lei do Legislativo nº 0119/25 (Processo nº 0335/25). Dando prosseguimento, a senhora Presidente comunicou que a pauta desta Reunião seria destinada a debater o tema “Impactos na Saúde Mental da População após 01 Ano das Enchentes”, e, de imediato, destacou as presenças dos senhores Ana Cristina Tiezmann, presidente da Associação de Psiquiatria do Rio Grande do Sul - APRS; Christian Haag Kristensen, professor doutor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS; Cátia Regina Stein, coordenadora da Coordenação Municipal de Urgências da Secretaria Municipal da Saúde - SMS; Giovana Gomes da Silva, enfermeira da Secretaria Municipal da Saúde - SMS; Marta Fadrique, coordenadora da Coordenação de Atenção à Saúde Mental - CASM - SMS, e demais nomes registrados na lista de presenças. A senhora Presidente, vereadora Tanise Sabino, proponente da pauta, efetuou considerações iniciais e explicou a atuação do professor Christian Haag Kristensen na pesquisa em trauma e estresse na PUCRS e da Dra. Ana Cristina Tiezmann na ecopsiquiatria, abordagem que estuda os efeitos das mudanças ambientais na saúde mental. Informou que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e o Hospital de Clínicas de Porto Alegre também foram convidados para apresentar uma pesquisa sobre o impacto da catástrofe climática na saúde mental no RS, mas não puderam comparecer e enviaram um vídeo que seria exibido ao final da reunião. Justificou a necessidade de discussão da pauta, destacando que o Rio Grande do Sul nunca mais seria o mesmo após a maior enchente de sua história. Apresentou dados da Defesa Civil sobre as enchentes, e destacou as perdas materiais e humanas, que causam impacto emocional a curto, médio e longo prazo. Mencionou reações comuns e esperadas, enfatizando a incerteza e a ansiedade como temas a serem discutidos. Explicou que a pauta visava debater a saúde mental um ano após a enchente. Falou sobre a reconstrução do Estado, a necessidade de trabalhar o luto e o papel fundamental da saúde mental. Destacou a importância de as pessoas terem acesso a apoio psicológico para a reconstrução de suas vidas. Ressaltou a responsabilidade de Porto Alegre em reconstruir não apenas fisicamente, mas também as feridas emocionais. Concordou com a importância das questões de saúde mental e suicídio. Comentou a necessidade da inclusão de treinamento em primeiros socorros psicológicos nos currículos do curso de psicologia. Concordou com a necessidade de fiscalizar e cobrar o cumprimento das leis. Expressou que o objetivo de compartilhar informações e pesquisas da PUC, UFRGS e APRS foi cumprido, colocando a pauta da saúde mental na agenda da Cidade. Reafirmou seu compromisso como psicóloga e vereadora em trazer essas questões para discussão, ressaltando que a reconstrução do Estado envolve a reconstrução física e emocional. O senhor Christian Haag Kristensen, abordou o impacto das enchentes na saúde mental, destacando que as questões de saúde e saúde mental representam mais da metade do custo socioeconômico de uma enchente e enfatizou a necessidade de investir na atenção e prevenção, além da infraestrutura. Mencionou um artigo de sua autoria, que sintetiza as evidências científicas sobre intervenções psicossociais após eventos climáticos extremos. Explicou que o artigo se baseia no quadro de referência da gestão integrada de riscos e desastres e no preconizado para atenção psicossocial em situações de crise ou desastre. Ressaltou a importância de considerar os efeitos de longo prazo da exposição a estressores, compreendendo como os problemas se manifestam no médio e longo prazo na vida das pessoas. Apresentou um conjunto de intervenções propostas em nível familiar, individual e comunitário, que podem ser feitas de forma preventiva, destacando que a capacitação de profissionais em primeiros socorros psicológicos – PSP deveria ser incluída nos currículos dos cursos de saúde. Mencionou intervenções imediatas e as de médio e longo prazo. Relatou que, junto ao Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul - CRP-RS, produziu vídeos de treinamento em PSP. Enfatizou a importância de não patologizar reações normais das pessoas. Mencionou a participação em iniciativas de orientação técnica e a adaptação e disseminação de protocolos de PSP para intervenção psicológica e psiquiátrica, em parceria com a APRS e baseado no projeto Telepsi (Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA/Telesaúde RS). Anunciou a reabertura, prevista para o início do segundo semestre, do ambulatório da PUCRS para atendimento às pessoas que tenham sofrimento psicológico decorrente das enchentes tanto dos diretamente impactados como dos voluntários. Concluiu que, embora haja clareza sobre as intervenções necessárias, frequentemente faltam recursos para oferecê-las. Destacou a expertise da PUC no tratamento desses

problemas. O vereador Aldacir Oliboni destacou possuir uma visão um pouco diferenciada sobre a falta do poder público no momento da enchente. Manifestou-se sobre o que presenciou nos locais afetados durante a enchente e sobre os impactos na população atingida. Relatou a situação dos atingidos pela enchente que foram levados para os abrigos e do tipo de assistência que era disponibilizada a essas pessoas. Comentou que os atingidos viveram momentos diferenciados, desde serem atingidos e abrigados até deixarem o abrigo e perceberem que perderam tudo, notando a presença do poder público morosa e distante. Registrou que muitos enfrentaram dificuldades como a perda do emprego, o que aumentou muito o número de pessoas com depressão e problemas econômicos. Questionou a preparação do poder público. Pediu para ouvir do governo como a situação foi enfrentada em números, comparando o antes e o depois. Mencionou o impacto nas unidades de saúde de Porto Alegre. Abordou a questão da emenda impositiva e da atribuição dos vereadores de destinar cinquenta por cento das emendas para a saúde. Destacou a demanda de mais de cento e quarenta mil pessoas aguardando especialista em Porto Alegre e indagou qual a porcentagem dessa fila é de saúde mental. Relatou visita recente ao Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul - PACS. Questionou como o governo municipal está avaliando a questão da contratualização de serviços com hospitais filantrópicos. Comentou que o poder público alega não ter recurso ou ter ultrapassado o limite orçamentário. Fez um apelo ao poder público para atender a demanda. Lamentou a falta de oferta de atendimento pelo sistema de saúde. Comentou a chegada de verba do governo federal para atendimento às especialidades. Enfatizou que o poder público deve estar muito preparado para enfrentar desafios como esse. Questionou qual orientação está sendo dada às pessoas que buscam o pronto atendimento ao invés dos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS. A senhora Ana Cristina Tiezmann mencionou atuar como preceptora na residência de psiquiatria no Hospital Presidente Vargas. Falou sobre ecopsiquiatria destacando a relação entre saúde mental e o ambiente externo. Comentou sobre o avanço em termos de saúde e bem estar e as perdas amplas em termos ecológicos, destacando o crescimento do ramo da saúde planetária, ressaltando a ideia de interdependência do ser humano com o ambiente externo. Destacou os principais riscos à saúde associados às mudanças climáticas e as questões ligadas à saúde mental. Comentou o conceito de solastalgia e de ecoansiedade. Comentou a relação entre as mudanças climáticas e o impacto na saúde mental das pessoas, destacando a importância de suporte social e atendimento de saúde adequado e capacitado. Enfatizou a necessidade de capacitação da rede pública, começando pela educação na formação profissional. Apresentou um modelo das fases da saúde mental em desastres, onde muitas pessoas adoecem devido ao estresse crônico e reativação de transtornos. Mencionou o guia de bolso para profissionais de saúde lançado pelo Ministério da Saúde. Falou sobre a saúde planetária, citando a Declaração de São Paulo de dois mil e vinte e um. Citou a criação do Núcleo de Vulnerabilidade Climática e Ambiental da APRS. Destacou a Carta de Porto Alegre por enfatizar as questões de saúde mental. Convidou a COSMAM para a abertura do Congresso Gaúcho de Psiquiatria, previsto para ocorrer no período de quatro a seis de setembro de dois mil e vinte e cinco em Porto Alegre. Comentou sobre o não diagnóstico na Atenção Primária e da importância da qualificação do atendimento na Atenção Primária. Sugeriu a realização de um estudo para verificar o impacto da terceirização da Atenção Primária na qualidade e no atendimento à saúde e no aumento nos prontos atendimentos de Porto Alegre. A senhora Giovana Gomes da Silva explicou seu trabalho na regulação, com interface diária com prontos atendimentos, CAPS e hospitais, realizando monitoramento diário. Relatou que, ao levantar dados sobre internações hospitalares, não observou o aumento esperado imediatamente após a enchente. Mencionou que houve uma redução no número mensal de internação logo após a enchente devido a problemas de acesso. Investigou dados ambulatoriais e de consulta especializada em saúde mental não encontrando um aumento significativo. Observou que durante a enchente, houve uma migração da procura do CAPS para os prontos atendimentos. Levantou a questão de como reeducar a população para buscar atendimento nos CAPS. Informou o número de leitos SUS habilitados para saúde mental em Porto Alegre e a média de ocupação desses leitos. Comentou sobre as CID (Classificação Internacional de Doenças) de solicitações de internações no cenário pós-enchente. Destacou a necessidade de capacitação profissional para pacientes que passaram por tragédias como a enchente. Comentou, por fim, sobre as obras de cinco novos CAPS na Cidade. A senhora Cátia Regina Stein, coordenadora da Coordenação Municipal de Urgências - CMU, apresentou dados sobre a situação dos serviços de urgência em saúde mental após um ano das enchentes. Descreveu a atuação dos dois Plantões de Emergência em Saúde Mental, conhecidos como PESM-IAPI e PESM-PACS. Comentou que procura por atendimentos nos PESMs durante a enchente não foi significativa em decorrência dos atendimentos realizados nos abrigos. Relatou um aumento significativo nos atendimentos realizados nas portas dos PESMs ao comparar os dados de dois mil e vinte e três com os de dois mil e vinte e quatro. Detalhou que este aumento foi mais expressivo no PESM-PACS entre menores de dezoito anos e que ocorreu de forma gradual e que se tornou bem significativo no último quadrimestre de dois mil e vinte e quatro. Explicou que os PESMs acolhem a demanda de toda a população, incluindo pacientes provenientes de outros municípios. Informou como são realizados os atendimentos e as orientações dadas aos pacientes após a alta. O vereador Hamilton Sossmeier questionou o número de CAPS e se há alguma ação para que a população que busca pronto atendimento volte para o CAPS. A senhora Marta Xavier Fadrique apresentou o cenário atual e futuro dos CAPS na Cidade. Destacou o impacto do fechamento estrutural de dois CAPS. Anunciou a implementação este ano de cinco novos CAPS com previsão de abertura a partir de setembro. Comentou sobre o impacto na saúde mental da população após a enchente, ressaltando que não houve um grande impacto em Transtornos de Estresse Pós-Traumático (TEPT). Relatou que as pessoas que vivenciaram perdas em decorrência da enchente, ao se depararem com notícias sobre o ocorrido ou com previsão de chuvas fortes, terão reações esperadas como angústia ou insônia. Destacou a importância de o atendimento em saúde mental ocorrer nos locais próximos de onde as pessoas vivem, para que tenha um efeito preventivo. Sobre a educação do fluxo da população, explicou que como a porta de emergência era um serviço aberto e culturalmente buscado, o acolhimento e a educação sobre o fluxo correto eram feitos na própria porta. Relatou que em Porto Alegre a cultura de atendimento à saúde mental ocorre no agravamento dos casos e que isso deve ser revertido, devendo reeducar a população e os profissionais da saúde. Mencionou a proposta de adicionar material de primeiros cuidados psicológicos à biblioteca virtual da Atenção Primária para capacitar profissionais antes de iniciarem seu trabalho nas unidades de saúde. Esclareceu que o serviço de atendimento psicológico da PUC ainda não havia sido aberto. Informou que seria regulado pela regulação ambulatorial da SMS, a partir da demanda encaminhada pelas unidades de saúde de Porto Alegre. A senhora Presidente propôs exibir o vídeo da UFRGS/Hospital de Clínicas de Porto Alegre, comentado pelo senhor Santiago Madeira Dientefeler, que tratou de um projeto de pesquisa da UFRGS/Hospital de Clínicas sobre o impacto das enchentes na saúde mental dos moradores do Rio Grande do Sul. A vereadora Atena Roveda destacou que tanto a enchente quanto a pandemia tiveram impacto na saúde mental das pessoas. Realizou uma avaliação sobre a

perspectiva do sofrimento, notando que as pessoas se acostumaram com o sofrimento psíquico ao invés de lidar com ele, e mencionou o estigma de buscar ajuda. Abordou o impacto do sofrimento psíquico em agentes públicos como prefeitos e governadores ao lidar com a vida de muitas pessoas. Sugeriu que a pandemia e as enchentes colocam a ciência psíquica como a coluna vertebral de toda a sociedade. Relatou que seu mandato reflete essa percepção de que as pessoas se acostumaram a sofrer devido a desastres climáticos ou à baixa qualidade do atendimento público. Mencionou o trabalho de um coletivo de pessoas transgênero que ajudou cento e sessenta pessoas transgênero no território gaúcho que não puderam acessar abrigos por conta de preconceito e discriminação. Enfatizou a vulnerabilidade da estrutura para pessoas negras da periferia, a questão do preconceito e da discriminação de pessoas LGBT, da vulnerabilidade das mulheres. Comentou situações de assédio ocorridas em abrigos. Parabenizou a vereadora Tanise Sabino pela postura já de longa data que trata do tema de saúde mental e deixou seu mandato à disposição, principalmente para a pesquisa da Professora Ana Cristina. Na sequência, a senhora presidente abriu espaço para falas dos demais presentes na reunião. A senhora Joana Olívia Fernandes questionou como os pacientes seriam encaminhados para o novo serviço de ambulatório da PUC, aberto com verba de emenda parlamentar, e quem faria o encaminhamento e se seria regulado pela Secretaria de Saúde. A senhora Sueli Pinto destacou o somatório de perdas frente a um cenário de aparente inação e falta de legislação. Expressou preocupação com a sociedade retroagindo, crianças sem apoio, e mencionou o caso de sete escolas municipais fechadas que poderiam ter acomodado pessoas das ilhas e zonas de enchente. Argumentou que é necessário cobrar o cumprimento da lei existente para que possa haver progresso. Registra-se que o inteiro teor dos debates, após transcrição, fará parte integrante desta Ata, bem como a lista de presenças desta Reunião. Às doze horas e doze minutos, nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente declarou encerrada esta Reunião. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pela senhora Presidente.



Documento assinado eletronicamente por **Tanise Amália Pazzim, Vereador (a)**, em 17/06/2025, às 14:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0901291** e o código CRC **A85AC90A**.